

FICHA TÉCNICA

Título original: *An Officer and a Spy*

Autor: *Robert Harris*

Copyright © Robert Harris 2013

Tradução © Editorial Presença, Lisboa, 2014

Tradução: *Manuel Alberto Vieira*

Imagem da capa: *Shutterstock*

Capa: *Catarina Sequeira Gaeiras/Editorial Presença*

Composição, impressão e acabamento: *Multitipo — Artes Gráficas, Lda.*

1.^a edição, Lisboa, junho, 2014

Depósito legal n.º 376 354/14

Reservados todos os direitos
para a língua portuguesa (exceto Brasil) à

EDITORIAL PRESENÇA

Estrada das Palmeiras, 59

Queluz de Baixo

2730-132 BARCARENA

info@presenca.pt

www.presenca.pt

Para Gill

NOTA DO AUTOR

O presente livro tem como propósito recontar, através do recurso às técnicas do romance, a história verídica do caso Dreyfus, porventura o maior escândalo político e erro judicial da História, que na década de 1890 viria a tornar-se uma obsessão para a França e, em última análise, para o mundo. Ocorreu apenas vinte e cinco anos após os alemães terem esmagado os franceses na guerra de 1870 e ocupado os territórios da Alsácia e da Lorena — o choque sísmico que abalou o equilíbrio de poder europeu e que foi o precursor das Primeira e Segunda Guerras Mundiais.

Nenhuma das personagens que figuram nas páginas que se seguem, nem mesmo a menos relevante, é inteiramente ficcional, e quase tudo quanto é narrado aconteceu de facto, pelo menos sob uma ou outra forma, na vida real.

No entanto, como é natural, para transformar a História num romance vi-me obrigado a simplificar, a excluir por completo algumas figuras, a dramatizar e a inventar muitos detalhes pessoais. A título de exemplo, Georges Picquart nunca redigiu um dossiê secreto do caso Dreyfus; e tão-pouco o guardou num cofre de um banco em Genebra, com instruções para que permanecesse lacrado até que se passasse um século sobre a sua morte.

Porém, um romancista pode permitir-se imaginar que tudo aconteceu de forma diferente.

Robert Harris
Dia da Bastilha, 2013

DRAMATIS PERSONAE

A FAMÍLIA DREYFUS

Alfred Dreyfus

Lucie Dreyfus, *mulher*

Mathieu Dreyfus, *irmão*

Pierre e Jeanne Dreyfus, *filhos*

O EXÉRCITO

General Auguste Mercier, *ministro da Guerra, 1893-1895*

General Jean-Baptiste Billot, *ministro da Guerra, 1896-1898*

General Raoul le Mouton de Boisdeffre, *chefe do estado-maior*

General Charles-Arthur Gonse, *chefe do Segundo Departamento*
(*Serviços Secretos*)

General Georges Gabriel de Pellieux, *comandante do exército,*
departamento do Sena

Coronel Armand du Paty de Clam

Coronel Foucault, *adido militar em Berlim*

Major Charles Ferdinand Walsin Esterhazy, *74.º Regimento*
de Infantaria

A SECÇÃO DE ESTATÍSTICA

Coronel Jean Sandherr, *chefe, 1887-1895*

Coronel Georges Picquart, *chefe, 1895-1897*

Major Hubert-Joseph Henry

Capitão Jules-Maximillien Lauth

Capitão Junck

Capitão Valdant

Felix Gribelin, *arquivista*

Madame Marie Bastian, *agente*

A SÛRETÉ (POLÍCIA SECRETA)

François Guénée
Jean-Alfred Desvernine
Louis Tomps

PERITO GRAFOLÓGICO

Alphonse Bertillon

OS ADVOGADOS

Louis Leblois, *amigo e advogado de Picquart*
Fernand Labori, *advogado de Zola, Picquart e Alfred Dreyfus*
Edgar Demange, *advogado de Alfred Dreyfus*
Paul Bertulus, *juiz de instrução*

CÍRCULO DE GEORGES PICQUART

Pauline Monnier
Blanche de Comminges e família
Louis e Martha Leblois, *amigos da Alsácia*
Edmond e Jeanne Gast, *primos*
Anna e Jules Gay, *irmã e cunhado*
Germain Ducasse, *amigo e protegido*
Major Albert Curé, *antigo camarada do exército*

OS DIPLOMATAS

Coronel Maximilian von Schwartzkoppen, *adido militar alemão*
Major Alessandro Panizzardi, *adido militar italiano*

OS DREYFUSISTAS

Émile Zola
Georges Clemenceau, *político e editor de jornal*
Albert Clemenceau, *advogado*
Auguste Scheurer-Kestner, *vice-presidente do Senado francês*
Jean Jaurès, *líder dos socialistas franceses*
Joseph Reinach, *político e escritor*
Arthur Ranc, *político*
Bernard Lazare, *escritor*

PARTE UM

— Major Picquart apresenta-se para falar com o ministro da Guerra...

O sentinela na Rue Saint-Dominique sai da guarita para abrir o portão e corro através de um redemoinho de neve ao longo do ventoso pátio até ao átrio aquecido do Hotel de Brienne, onde um jovem capitão bem aprumado da Guarda Republicana se levanta para me fazer continência. Num tom mais enfático, repito: — *Major Picquart apresenta-se para falar com o ministro da Guerra...!*

Com o capitão na dianteira, marchamos a passo certo sobre o mármore preto e branco da residência oficial do ministro, subindo a escadaria curva, passando por armaduras de prata do tempo de Luís XIV, *o Rei-Sol*, e pela obra atroz de *kitsch* imperial *Napoleão Atravessando os Alpes*, da autoria de Jacques-Louis David, até alcançarmos o primeiro piso, onde detemos o passo ao lado de uma janela sobranceira aos jardins e o capitão se afasta para anunciar a minha chegada, deixando-me sozinho por breves momentos a contemplar algo raro e belo: um jardim silenciado pela neve no centro de uma cidade numa manhã de inverno. Até as luzes eléctricas amarelas do Ministério da Guerra, tremeluzindo através das árvores desfolhadas, possuem um quê de mágico.

— O general Mercier está à sua espera, major.

O gabinete do ministro é enorme e revestido de painéis ornados em tons de azul, com uma varanda dupla sobre o relvado embranquecido. Dois homens de idade avançada envergando uniformes pretos, os oficiais com a patente mais alta no Ministério da Guerra, aquecem a parte de trás das pernas junto à lareira. Um

deles é o general Raoul le Mouton de Boisdeffre, chefe do estado-maior, especialista em todos os assuntos russos e arquiteto da nossa crescente aliança com o novo czar e que, depois de tanto tempo passado na companhia da corte imperial, começa a parecer-se com um conde russo de patilhas hirsutas. O outro, ligeiramente mais velho, na casa dos sessenta, é o seu superior: o ministro da Guerra em pessoa, o general Auguste Mercier.

Marcho até meio do tapete e faço continência.

Mercier possui um rosto estranhamente encarquilhado e imóvel, como uma máscara de couro. Ocasões há em que sou acometido pela bizarra ilusão de que um outro homem me observa através das estreitas fendas por onde espreitam os olhos. Na voz baixa que lhe é característica, diz: — Bom, major Picquart, não demorou muito tempo. A que horas terminou a cerimónia?

— Há meia hora, meu general.

— Isso significa que o processo chegou mesmo ao fim?

Anuo com a cabeça. — Chegou ao fim.

E é assim que tudo começa.

— Venha sentar-se à lareira — ordena o ministro. Fala muito baixinho, como sempre. Indica uma cadeira dourada. — Traga-a para aqui. Dispa o casaco. Conte-nos tudo o que aconteceu.

Senta-se na beira do assento, adotando uma postura expectante: o corpo inclinado para a frente, os dedos entrelaçados, os antebraços pousados nos joelhos. O protocolo impediu-o de assistir pessoalmente ao espetáculo matinal. Encontra-se na posição de um produtor que não pôde comparecer à representação da própria peça. Anseia por detalhes: informações, observações, cor.

— Em primeiro lugar, como descreveria o estado de espírito que se vivia nas ruas?

— Diria que o estado de espírito era... de expectativa.

Descrevo como saí do meu apartamento ainda de noite, antes do romper da aurora, para caminhar até à École Militaire, e como as ruas, pelo menos a princípio, estavam invulgarmente calmas, considerando que era sábado. — O sabat judaico — interrompe-me Mercier, com um ligeiro sorriso. E também um frio de rachar.

Na verdade, apesar de não mencionar este aspeto, quando percorria os sombrios passeios da Rue Boissière e da Avenue du Trocadéro, comecei a perguntar-me se a grande produção do ministro viria a revelar-se um fiasco. Mas depois cheguei à Pont de l'Alma e vi a multidão indistinta atravessar em massa as águas escuras do Sena, e foi então que percebi aquilo que Mercier com certeza sempre soubera: que o impulso humano de assistir à humilhação alheia será sempre proteção suficiente mesmo contra o frio mais impiedoso.

Juntei-me à horda que se deslocava para sul, transpondo o rio e seguindo pela Avenue Bosquet abaixo — uma densidade humana tal que as pessoas transvasavam dos passeios de madeira para a rua. Fizeram-me lembrar os espectadores de uma corrida de cavalos — entre eles imperava o mesmo sentimento de expectativa, de procura partilhada de um prazer que não conhecia classes. Ardinhas abriam caminho por entre a multidão, num e noutro sentido, vendendo as edições matutinas. Um aroma a castanhas assadas subia dos fogareiros instalados na berma da estrada.

Ao fundo da avenida, afastei-me e atravessei a rua em direção à École Militaire, onde até há um ano assumira as funções de professor de topografia. A multidão, deslocando-se em torrente, passou por mim rumo ao ponto de encontro oficial na Place de Fontenoy. A claridade começava a despontar. Na École ressoavam os sons de tambores e cornetas, cascos e ofensas, ordens gritadas, passos pesados de botas. Cada um dos nove regimentos de infantaria aquartelados em Paris tinha recebido ordem para enviar duas companhias para assistir à cerimónia, uma composta por homens experientes e a outra por novos recrutas cuja fibra moral, no entender de Mercier, beneficiaria deste exemplo. Enquanto passava pelos grandiosos salões e entrava no Cour Morland, já se aglomeravam aos milhares na lama congelada.

Nunca assisti a uma execução pública, nunca vivenciei essa atmosfera particular, mas imagino que não deva estar muito distante da sentida na École naquela manhã. A vastidão do Cour Morland proporcionava o palco ideal para um grande espetáculo. Ao longe, para lá dos gradeados, no semicírculo da Place de Fontenoy, um imenso mar sussurrante de semblantes rosados encapelava-se atrás de uma

linha de gendarmes trajando uniformes negros. Não havia um centímetro de espaço livre. Viam-se pessoas de pé em cima de bancos e nos tejadilhos de carruagens e diligências, outras empoleiradas nos ramos das árvores e um homem que chegara mesmo a escalar o pináculo do monumento aos mortos da guerra de 1870.

Mercier, assimilando tudo isto, pergunta-me: — Quantas pessoas estima que estariam presentes?

— A *préfecture* da polícia afiançou-me que estavam presentes vinte mil.

— Deveras? — O ministro parece menos impressionado do que eu esperava. — Sabia que a minha vontade inicial era que a cerimónia tivesse lugar no hipódromo de Longchamps? Tem capacidade para *cinquenta* mil.

Boisdeffre, em tom de lisonja, diz: — E quer-me parecer que o teria enchido, senhor ministro.

— Com certeza que o teríamos enchido! Mas o Ministério do Interior insistiu que se colocaria o risco de desordem pública. A isso respondo: quanto maior a multidão, mais forte a lição.

Ainda assim, vinte mil parecera-me uma imensidão. O ruído da turba era contido mas ominoso, como a respiração de um animal poderoso, temporariamente sereno mas que num instante poderia tornar-se perigoso. Pouco antes das oito, apareceu uma escolta de cavalaria que passou a trote diante da multidão, e de súbito a besta começou a agitar-se, pois entre os cavaleiros era possível vislumbrar uma carruagem-cela de cor preta puxada por quatro cavalos. Uma onda de insultos agigantou-se e embateu nela. O *cortège* abrandou, um portão abriu-se e o veículo e a respetiva guarda seguiram ruidosamente pela calçada para o interior da École.

Enquanto os via desaparecer num pátio interior, um homem perto de mim disse: «Repare, major Picquart: os romanos lançavam os cristãos às feras; nós lançamos-lhes judeus. Suponho que isso seja um sinal de progresso.»

Usava um capote com a gola levantada, um cachecol cinzento em volta do pescoço e um quépi enfiado até aos olhos. Reconheci-o primeiro pela voz e depois pelo modo como o corpo lhe tremia descontroladamente.

Fiz-lhe continência. «Coronel Sandherr.»

Sandherr replicou: «Que lugar irá ocupar para assistir ao espetáculo?»

«Ainda não pensei nisso.»

«Poderá juntar-se a mim e aos meus homens, se desejar.»

«Seria uma honra. Mas, antes disso, tenho de me certificar de que tudo está a decorrer conforme as instruções do senhor ministro.»

«Quando terminar os seus deveres, poderá encontrar-nos ali.»

Apontou com a mão trémula para um lugar específico no Cour Morland. «Daquele local terá uma vista privilegiada.»

Os meus deveres! Agora que penso nisso, pergunto-me se não estaria a ser sarcástico. Encaminhei-me para o posto da guarnição, onde o prisioneiro estava entregue à custódia do capitão Lebrun-Renault, da Guarda Republicana. Não tinha a menor vontade de rever o condenado. Fora meu aluno neste mesmo edifício, apenas dois anos antes. Agora não tinha nada a dizer-lhe; era-me uma pessoa indiferente; desejava que nunca tivesse nascido e queria que desaparecesse — de Paris, de França, da Europa. Um soldado de cavalaria foi chamar Lebrun-Renault à minha presença. Era um jovem encorpado, de faces rosadas e traços cavallares, como seria de esperar de um polícia. Aproximou-se e relatou: «O traidor está nervoso mas quieto. Não creio que vá criar problemas. Os cordões das suas vestes foram desapertados e foi feita uma incisão a meio da lâmina da sua espada para garantir que quebrará com facilidade. Nada foi deixado ao acaso. Se tentar fazer um discurso, o general Darras fará um sinal e a banda começará a tocar uma melodia para lhe abafar a voz.»

Mercier medita: — Pergunto-me que tipo de melodia se tocará para abafar a voz de um homem.

Boisdeffre sugere: — Uma canção de bordo, senhor ministro?

— Bem visto — diz Mercier judiciosamente. Mas não sorri; raramente sorri. Volta-se de novo para mim. — Portanto, assistiu à cerimónia na companhia de Sandherr e dos seus homens. O que pensa deles?

Sem saber ao certo como responder (afinal de contas, Sandherr é um coronel), respondo cautelosamente: — Trata-se de um dedicado

grupo de patriotas que desenvolve um trabalho inestimável a troco de pouco ou nenhum reconhecimento.

É uma boa resposta. Tão boa que é bem possível que toda a minha vida — e a história que estou prestes a contar — tenha passado a girar em torno dela. Em todo o caso, Mercier, ou o homem por detrás da máscara que é Mercier, perscruta-me como que para confirmar se de facto digo a verdade, após o que assente com a cabeça. — É precisamente isso, Picquart. A França deve-lhes muito.

Os seis epítomes da excelência estavam presentes naquela manhã para testemunharem a culminação do seu trabalho: a eufemisticamente denominada «Secção de Estatística» do estado-maior. Procurei-os depois de terminada a minha conversa com Lebrun-Renault. Estavam um tudo-nada afastados das restantes pessoas, posicionados no canto sudoeste da parada, na zona abrigada de um dos baixos edifícios circundantes. Sandherr mantinha as mãos enfiadas nos bolsos e a cabeça baixa, e parecia completamente absorto nos seus pensamentos...

— Lembra-se — interrompe o ministro da Guerra, virando-se para Boisdeffre — que costumavam chamar a Jean Sandherr «o homem mais bem-parecido do exército francês»?

— Lembro-me, sim, senhor ministro — confirma o chefe do estado-maior. — Mas agora até custa a acreditar, pobre homem.

A um lado de Sandherr estava postado o seu adjunto, um alcoólico inveterado com um rosto cor de tijolo, bebericando a intervalos regulares de um cantil de bolso cinzento-escuro; do outro lado estava o único membro do seu *staff* que eu conhecia de vista — o corpulento vulto de Joseph Henry, que me deu uma palmada no ombro e, numa voz atroadora, me disse que esperava ver o seu nome mencionado no relatório que viesse a apresentar ao ministro. Os dois oficiais subalternos da secção, ambos capitães, pareciam desprovidos de cor quando comparados com os restantes. Também havia um elemento vestido à civil, um homem descarnado que dava a impressão de raramente sair à rua, segurando um par de binóculos de teatro. Desviaram-se para me dar espaço e o alcoólatra ofereceu-me um trago do seu conhaque ruim. Passado

pouco tempo, juntaram-se a nós mais duas figuras que não pertenciam à Secção de Estatística do estado-maior: um elegante oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros e o perturbador e néscio coronel Du Paty de Clam, do estado-maior, com o seu monóculo a reluzir como uma órbita ocular vazia na luz matinal.

Por esta altura, aproximava-se o grande momento e sentia-se a tensão crescente sob aquele sinistro céu pálido. Cerca de quatro mil soldados haviam sido dispostos em parada, todavia nem um som se lhes ouvia. A própria multidão estava silente. O único movimento perceptível verificava-se apenas nas extremidades do Cour Morland, onde alguns convidados eram encaminhados para os respetivos lugares, apressando-se e pedindo desculpa como quem chegasse atrasado a um funeral. Uma mulher minúscula e esguia com um gorro e um abafo de pele branca, segurando um guarda-chuva azul com folhos e acompanhada por um tenente dos dragões de estatura alta, foi reconhecida por alguns dos espectadores que se encontravam perto do gradeado, e um ligeiro aplauso, pontuado por gritos de «Urra!» e «Bravo!», propagou-se sobre o chão enlameado.

Sandherr, olhando para cima, grunhiu: «Quem diabo é aquela?»

Um dos capitães tirou os binóculos de teatro das mãos do elemento trajado à civil e apontou-os para a senhora envolta em peles, que agora acenava com a cabeça e girava o guarda-chuva num gracioso gesto de reconhecimento dirigido à multidão.

«Diabos me levem se não é a divina Sarah!» Ajustou os binóculos um tudo-nada. «E quem a acompanha é Rochebouet do 28.º Regimento, o grande sortudo!»

Mercier recosta-se e põe-se a afagar o bigode branco. Sarah Bernhardt a assistir à sua produção! É isto que pretende de mim: o toque artístico, a narração do impacto junto da alta sociedade. Ainda assim, finge-se desagradoado. — Não imagino quem haveria de lembrar-se de convidar *uma atriz*...

Às dez para as nove, o comandante da parada, o general Darras, cavalgou ao longo do caminho calçeteado até ao centro do local da parada. A montada resfolegou e baixou a cabeça enquanto ele a puxava com as rédeas; rodou sobre si própria até descrever um círculo, fixa na vasta horda, fez piafé e a seguir imobilizou-se.

Às nove, o sino começou a repicar as horas e uma ordem ressoou: «Companhias! Sentido!» Em atroador uníssono, as botas de quatro mil homens bateram no chão. No mesmo instante, da extremidade oposta do local da parada emergiu um grupo de cinco figuras que avançaram em direção ao general. À medida que se acercavam, os vultos minúsculos e indistintos materializaram-se numa escolta de quatro artilheiros que cercavam o condenado. Deslocavam-se em ritmo lesto, marchando com um sincronismo de gestos de tal modo perfeito que, a cada cinco passos, os seus pés direitos pousavam no chão no momento exato em que o sino tocava; o prisioneiro falhou apenas um passo, mas depressa se corrigiu. Enquanto o eco do último toque se dissipava, estacaram e fizeram continência. A seguir, os artilheiros deram meia-volta e afastaram-se, deixando o condenado a sós com o general.

Tambores rufaram. Uma corneta soou. Um oficial chegou-se à frente, segurando uma folha de papel bem alto, diante do rosto, como um arauto numa peça teatral. A proclamação colidia com o vento gélido, no entanto a sua voz era surpreendentemente forte para um homem de tão baixa estatura.

«Em nome do povo francês», entoou, «o primeiro tribunal marcial permanente de Paris, após reunião à porta fechada, pronuncia o seu veredito em sessão pública nos termos que se seguem. Aos membros do tribunal foi colocada a única questão que passo a citar: É Alfred Dreyfus, capitão do 14.º Regimento de Artilharia, oficial certificado do estado-maior e oficial estagiário do estado-maior do exército, culpado por ter facultado, em 1894, a uma potência estrangeira, ou aos seus agentes em Paris, um determinado número de documentos secretos ou confidenciais relativos à segurança nacional?

»Por decisão unânime, o tribunal declarou: “Sim, o acusado é culpado.”

»Por decisão unânime, o tribunal condena Alfred Dreyfus à pena de deportação perpétua para um recinto fortificado, pronuncia a sua destituição do cargo de capitão e ordena que a sua degradação militar tenha lugar diante da primeira parada militar da guarnição de Paris.»

Recuou. O general Darras ergueu-se sobre os estribos e puxou pela espada. O condenado viu-se forçado a esticar o pescoço para o olhar. Tinham-lhe tirado as lunetas. Usava um par de óculos sem armação.

«Alfred Dreyfus, não é digno de portar armas. Em nome do povo francês, degradamo-lo!»

— E foi nesta altura — digo a Mercier — que o prisioneiro falou pela primeira vez.

Mercier, num gesto de surpresa, recua no assento da cadeira. — *Ele falou?*

— Sim. — Retiro o meu bloco de notas do bolso das calças. — Levantou ambos os braços acima da cabeça e gritou... — E aqui calo-me, para me certificar de que anotei as palavras exatas. — «Soldados, eles estão a desonrar um homem inocente... Viva a França... Viva o exército...» — Leio as frases num tom neutro, sem emoção, o que é apropriado, dado que assim foram proferidas. A única diferença é que Dreyfus, como judeu de Mulhouse¹ que é, pronunciara as palavras com um ligeiro sotaque alemão.

O ministro carrega o cenho. — Como permitiram que tal coisa sucedesse? Julgava que me tinha dito que eles planeavam tocar uma melodia acaso o prisioneiro tentasse fazer um discurso.

— O general Darras entendeu que uns quantos gritos de protesto não constituíam um discurso e que a música, a ser tocada, perturbaria a solenidade da ocasião.

— E houve alguma reação da multidão?

— Sim. — Verifico os meus apontamentos uma vez mais. — Começaram a entoar: «Morte... morte... morte...»

Quando o cântico teve início, olhámos na direção do gradeado. Sandherr disse: «É bom que se apressem, caso contrário a situação pode ficar descontrolada.»

Pedi os binóculos de teatro emprestados, foquei-os e vi um homem gigantesco, um sargento-mor da Guarda Republicana, lançar as mãos a Dreyfus. Numa sucessão de gestos contundentes, arrancou-lhe as dragonas dos ombros, puxou violentamente todos

¹ Segunda maior comuna da região da Alsácia. (NT)

os botões da sua túnica e os galões dourados das mangas, após o que se ajoelhou e lhe removeu das calças as divisas vermelhas. Concentrei-me no rosto de Dreyfus. Perdera a expressão. Tinha os olhos fixos em frente enquanto era puxado desta e daquela maneira, submetendo-se a tais indignidades como uma criança a quem um adulto irascível ajeitasse as roupas à força. Finalmente, o sargento-mor desembainhou a espada de Dreyfus, espetou a ponta na lama e partiu a lâmina desferindo-lhe um golpe com a bota. Arremessou as duas metades para cima do montículo de insígnias aos pés de Dreyfus, deu dois passos firmes atrás, rodou a cabeça na direção do general e fez continência enquanto Dreyfus se mantinha de olhos cravados nos símbolos esfrangalhados da sua honra.

Num tom de impaciência, Sandherr disse: «Vá lá, Picquart, você é que está com os binóculos. Descreva-nos a expressão dele.»

«Parece», respondi, devolvendo os binóculos ao elemento trajado à civil, «um alfaiate judeu a avaliar o custo de todo aquele entrançado dourado desperdiçado. Se tivesse uma fita métrica em redor do pescoço, não seria difícil imaginá-lo numa alfaiataria na Rue Auber.»

«Muito bem», disse Sandherr. «Isso agrada-me.»

— Muito bem — reforça Mercier, fechando os olhos. — Consi-
go visualizá-lo na perfeição.

Dreyfus tornou a gritar: «Viva a França! Juro que sou inocente!»

Em seguida, iniciou uma extensa marcha sob escolta, paralelamente às três fachadas e ao portão do Cour Morland, desfilando de uniforme rasgado diante de todos os destacamentos, para que os soldados jamais esquecessem o modo como o exército lida com os seus traidores. De vez em quando, bradava «Sou inocente!», o que desencadeava vaias e gritos como «Judas!» e «Judeu traidor!» entre a multidão que assistia à parada. O episódio pareceu arrastar-se por tempos infinitos, embora segundo o meu relógio não tivesse durado mais de sete minutos.

Quando Dreyfus começou a caminhar em direção ao lugar onde nos encontrávamos, o oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que era quem naquele momento segurava os binóculos, disse numa voz lânguida: «Não compreendo como é que o sujeito permite que o submetam a uma tal humilhação e ainda assim

insiste na sua inocência. Com certeza que ofereceria resistência se fosse realmente inocente, em vez de consentir de forma tão submissa que o conduzam de um lado para o outro. Ou tratar-se-á de uma característica judaica?»

«É evidente que se trata de uma característica judaica!», replicou Sandherr. «É uma raça sem o menor sentido de patriotismo, ou de honra, ou de orgulho. Ao longo dos séculos, não fizeram outra coisa senão trair as pessoas com quem conviveram, começando por Jesus Cristo.»

No momento em que Dreyfus passou à nossa frente, Sandherr voltou-lhe as costas para manifestar o seu desprezo. No entanto, eu não conseguia tirar os olhos dele. Fosse por causa dos últimos três meses passados na prisão ou do frio glacial que se fazia sentir naquela manhã, o seu rosto estava branco-acinzentado e intumescido: da cor de uma larva de mosca-varejeira. A túnica preta sem botões pendia aberta, expondo-lhe a camisa branca. O cabelo ralo estava espetado em tufo e algo no meio dele reluzia. Em momento algum deixou de seguir a passo certo com os guardas que o escoltavam. Relanceou os olhos na nossa direção e, num brevíssimo instante, o olhar dele cravou-se no meu e consegui ver-lhe a alma, vislumbrei-lhe o medo animal, o desesperado esforço mental que fazia para manter a compostura. Ao vê-lo afastar-se, apercebi-me de que o que brilhava no seu cabelo era saliva. Seguramente ter-se-á perguntado que papel desempenhara eu na sua ruína.

Restava apenas uma etapa do seu calvário. A pior de todas para ele, estou certo disso: ter de passar diante dos gradeados atrás dos quais se concentrava a multidão. A polícia formara um cordão para tentar manter o público à distância. Mas assim que os espectadores viram o prisioneiro acercar-se, lançaram-se para a frente. O cordão policial abaulou, retesou-se e depois quebrou, libertando uma torrente de manifestantes que se precipitaram pelo passeio e se espalharam ao longo dos gradeados. Dreyfus estacou, virou-se e encarou-os, para em seguida erguer os braços e dizer algo. No entanto, estava de costas para mim e não consegui escutar-lhe as palavras, apenas os familiares insultos como «Judas!», «Traidor!» e «Morte ao judeu!» que lhe foram atirados à cara em resposta.

Finalmente, a sua escolta afastou-o das grades e conduziu-o até à carruagem-cela que o esperava ali perto, rodeada por guardas montados. As mãos do condenado foram algemadas atrás das costas. Entrou na carruagem. As portas foram fechadas, os cavalos chicoteados e o *cortège* arrancou com um sacão, saindo pelo portão rumo à Place de Fontenoy. Por momentos, duvidei que conseguisse esquivar-se da turba circundante, um mar de mãos estendidas para desferir golpes nos flancos da carruagem. No entanto, os oficiais de cavalaria utilizaram os lados das lâminas das espadas para os afastar. Ouvi o chicote estalar duas vezes. O cocheiro gritou uma ordem. A carruagem acelerou para longe da turba, virou à esquerda e desapareceu.

Imediatamente a seguir foi dada a ordem para que a parada iniciasse a marcha. Parecia que o chão tremia com o embate violento das botas. Soaram cornetas. Os tambores marcavam o compasso. No momento em que a banda tocou as primeiras notas de *Sambre-et-Meuse*, começou a nevar. Fui acometido por um enorme sentimento de alívio. E estou em crer que o sentimento foi comum a todos. De forma espontânea, virámo-nos uns para os outros e trocámos apertos de mão. Era como se um corpo saudável se tivesse livrado de algo sujo e pestilencial e agora a vida pudesse ter um novo começo.

Termino o meu relato. O silêncio impera no gabinete do ministro, excetuando a crepitação proveniente da lareira.

— O único aspeto a lamentar — acaba por dizer Mercier — é que o traidor permanecerá vivo. Digo isto mais por ele do que em nome de qualquer outra pessoa. Que espécie de vida o espera? Teria sido mais generoso acabar com ele. Foi por essa razão que quis que a Câmara dos Deputados restaurasse a pena de morte para os crimes de traição.

Boisdeffre assente com a cabeça num gesto adulator. — Fez o melhor que pôde, senhor ministro.

Mercier levanta-se com um rangido nas articulações dos joelhos. Encaminha-se para um enorme globo, fixado num suporte ao lado da sua secretária, e faz-me sinal para me aproximar. Coloca um par de óculos e observa atentamente a Terra, como uma divindade míope.

— Preciso de enviá-lo para um lugar onde lhe seja impossível falar com quem quer que seja. Não quero que ele volte a atrair o país, passando mensagens confidenciais de maneira furtiva. E, outro aspeto igualmente importante, não quero que ninguém comunique com *ele*.

O ministro pousa uma mão surpreendentemente delicada no hemisfério norte e, num gesto suave, faz girar o globo. O oceano Atlântico passa-nos diante dos olhos. O ministro para a esfera e indica um ponto na costa da América do Sul, a sete mil quilómetros de Paris. Olha para mim e ergue uma sobrancelha, convidando-me a adivinhar.

Digo: — A colónia penal em Caiena?

— Perto, mas trata-se de um lugar mais seguro. — Inclina-se e toca ao de leve no globo. — A ilha do Diabo: a quinze quilómetros da costa. O mar em redor da ilha está infestado de tubarões. E as ondas gigantescas e correntes fortes tornam difícil a simples tarefa de atracar um barco.

— Julgava que esse lugar tinha sido encerrado há anos.

— E foi. Os últimos habitantes foram uma colónia de reclusos leprosos. Necessitarei da aprovação da Câmara, mas desta vez vou consegui-la. A ilha será reutilizada especialmente para Dreyfus. Então, que lhe parece?

A minha primeira reação é de surpresa. Mercier, casado com uma inglesa, é considerado um republicano e um livre-pensador — recusa-se a assistir à missa, por exemplo —, qualidades que admiro. E no entanto, apesar de tudo isso, nele persiste uma faceta de jesuíta fanático. *A ilha do Diabo?*, penso. *Julgava que estávamos à beira do século XX e não do século XVIII...*

— Então? — repete. — Qual é a sua opinião?

— Não será um pouco... — Escolho a palavra com ponderação, na esperança de não ferir qualquer suscetibilidade: — ... *dumasiano?*

— Dumasiano? Como assim, dumasiano?

— No sentido em que parece uma punição saída de uma ficção histórica. Sinto um eco de *O Homem da Máscara de Ferro*. Não se coloca o risco de Dreyfus vir a tornar-se conhecido como «O homem da ilha do Diabo»? Passará a ser o prisioneiro mais famoso do mundo...

— Precisamente! — vozeia Mercier, dando uma palmada na coxa numa rara manifestação de emoção. — É *precisamente* isso que me agrada na ideia. A imaginação do público será cativada.

Curvo-me perante o seu discernimento político superior. Ao mesmo tempo, pergunto-me o que tem o público a ver com isto. Só quando estou a pegar no meu casaco e prestes a sair é que ele me dá uma pista.

— Esta poderá muito bem ser a última vez que me vê neste gabinete.

— Lamento saber, meu general.

— Sabe, a política desperta-me pouco interesse. Sou um soldado profissional, não um político. Mas noto uma grande insatisfação no seio dos partidos, e é bem possível que o governo se aguente apenas durante mais uma ou duas semanas. Poderemos, inclusive, vir a ter um novo presidente. — Encolhe os ombros. — Em todo o caso, é como lhe digo. Nós, soldados, servimos onde nos ordenem que sirvamos. — Dá-me um aperto de mão. — Fiquei impressionado com a inteligência que demonstrou no decurso deste lamentável caso, major Picquart. Isso não será esquecido, pois não, caro chefe do estado-maior?

— Não, senhor ministro. — Boisdeffre também se levanta para me dar um aperto de mão. — Obrigado, Picquart. Deveras esclarecedor, o seu relato. Houve, aliás, momentos em que tive a impressão de estar lá em pessoa, a assistir à cerimónia. A propósito, como vão os seus estudos russos?

— Duvido que algum dia venha a ser capaz de falar a língua, meu general, mas já consigo ler Tolstói. Com um dicionário ao lado, claro está.

— Excelente. Coisas importantes estão a acontecer entre a França e a Rússia. Um bom conhecimento da língua russa será uma ferramenta de grande utilidade para um oficial em ascensão na carreira.

Estou junto à porta e prestes a abri-la, sentindo-me apropriadamente aprazido com toda esta lisonja, quando Mercier de repente me pergunta: — Diga-me uma coisa. O meu nome foi em algum momento mencionado?

— Desculpe? — Não sei ao certo o que pretende dizer. — Mencionado em que sentido?

— Durante a cerimônia que teve lugar esta manhã.

— Creio que não...

— Não tem importância nenhuma. — Mercier produz um gesto de quem faz pouco caso. — Estava só aqui a pensar se teria havido algum tipo de manifestação entre a multidão...

— Não, pelo menos que eu me tenha apercebido.

— Ótimo. Não estava à espera que houvesse.

Fecho a porta suavemente atrás de mim.

De regresso à ventosa ravina que é a Rue Saint-Dominique, coloco o quépi na cabeça e palmilho os cem metros até ao edifício contíguo, o Ministério da Guerra. Não se vê viva alma. Claramente, os meus camaradas oficiais têm afazeres mais interessantes num sábado do que tratar das burocracias do exército francês. Homens sensatos! Redigirei o meu relatório oficial, desimpedirei a secretária e tentarei afastar Dreyfus do pensamento. Subo as escadas e percorro o corredor até ao meu gabinete em passo rápido.

Desde os tempos de Napoleão, o Ministério da Guerra foi dividido em quatro departamentos. O Primeiro trata das questões administrativas; o Segundo, dos serviços secretos; o Terceiro, das operações e da instrução militar; e o Quarto, dos transportes. Eu trabalho no Terceiro, sob a chefia do coronel Boucher, que — como indivíduo sensato que também é — não se encontra no ministério nesta manhã de inverno. Na condição de seu adjunto, tenho um pequeno gabinete próprio, a cela despojada de um monge, com uma janela com vista para um pátio desolador. Duas cadeiras, uma secretária e um arquivo perfazem todo o mobiliário de que disponho. O aquecimento está avariado. Faz tanto frio que consigo ver o vapor da minha respiração. Sento-me sem despir a sobrecasaca e contemplo a pilha de papelada que se acumulou ao longo dos últimos dias. Soltando um grunhido, estendo a mão para pegar num dos dossiês.

Deverão ter-se passado cerca de duas horas quando ouço passos pesados aproximarem-se no corredor deserto. Quem quer que seja, passa em frente ao meu gabinete, para e depois regressa para se

postar do lado de fora da porta. A madeira é suficientemente fina para lhe ouvir a respiração pesada. Levanto-me, atravesso de forma silenciosa o gabinete até à porta, ponho-me à escuta e a seguir abro-a, deparando com o chefe do Segundo Departamento — ou seja, o chefe dos serviços secretos militares — de olhos fixos em mim. Não sei qual de nós fica mais atrapalhado.

— General Gonse — digo, fazendo continência. — Não fazia ideia de que seria o senhor.

Gonse é famoso por trabalhar catorze horas por dia. Deveria ter adivinhado que, a estar alguém para além de mim no edifício, esse alguém muito provavelmente seria ele. Os seus inimigos dizem que é a única forma de se manter sempre bem informado no desempenho das suas funções.

— Não há problema, major Picquart. Isto aqui é como uma coelheira atravancada. Permite-me? — Entra-me no escritório bamboleando-se sobre as pernas curtas e lançando uma baforada de fumo de cigarro. — Peço desculpa por interromper, mas acabo de receber uma mensagem do coronel Guérin na Place Vendôme. Contou-me que Dreyfus se confessou culpado na parada desta manhã. Tinha conhecimento disso?

Fico pasmado a olhar para ele como um tonto. — Não, meu general, não tinha conhecimento.

— Segundo consta, na meia hora que precedeu a cerimónia desta manhã, disse ao capitão que o vigiava que tinha *de facto* facultado documentos aos alemães. — Gonse encolhe os ombros. — Achei que devia saber, considerando que estava incumbido de acompanhar todo o processo para o relatar ao ministro.

— Mas eu já lhe fiz o meu relato... — Sinto-me apavorado. Este é o tipo de incompetência que pode destruir a carreira de um homem. Desde outubro, apesar das provas categóricas que o incriminavam, Dreyfus recusara-se a admitir qualquer culpa. E agora dizem-me que por fim confessou, praticamente nas minhas barbas, sem que eu me apercebesse disso! — É melhor eu apurar a verdade acerca do que me diz.

— Sugiro que o faça. E quando tiver concluído a sua tarefa, regresso e relate-me o sucedido.

Uma vez mais, apresso-me a sair para a gélida e cinzenta meia-luz. Apanho um cabriolé na praça na esquina do Boulevard Saint-Germain e, quando chegamos à École Militaire, peço ao cocheiro que espere por mim enquanto corro para o interior do edifício. O silêncio do amplo e vazio local da parada escarnece de mim. O único sinal de vida são os trabalhadores que limpam o lixo na Place de Fontenoy. Regresso para o cabriolé e peço para ser levado o mais depressa possível ao quartel-general do governador militar de Paris na Place Vendôme, onde aguardo a chegada do coronel Guérin no vestíbulo daquele sombrio e degradado edifício. Guérin demora-se, e quando por fim aparece ostenta o ar de alguém que foi interrompido a meio de um belo almoço ao qual anseia regressar.

— Já expliquei tudo isso ao general Gonse.

— As minhas desculpas, meu coronel, mas não se importa de mo explicar a mim?

Suspira. — O capitão Lebrun-Renault foi incumbido de vigiar Dreyfus na casa da guarda até ao início da cerimónia. Confiou-o à escolta e, no preciso momento em que a degradação começou, aproximou-se do grupo onde estava e disse algo como «Diabos me levem, o sacana acabou de confessar tudo».

Pego no meu bloco de notas. — Quais foram as palavras que o capitão disse ter ouvido de Dreyfus?

— Não me lembro das palavras exatas. No essencial, o que disse foi que tinha facultado documentos confidenciais aos alemães, mas que não eram muito importantes, que o ministro tinha conhecimento deles e que dentro de poucos anos toda a história viria a público. Algo deste género. Para saber ao certo o que foi dito, precisará de falar com Lebrun-Renault.

— Preciso, sim. Sabe onde posso encontrá-lo?

— Não faça a menor ideia. Ele não está de serviço.

— Ainda se encontra em Paris?

— Meu caro major, como hei de eu saber isso?

— Algo me está a escapar — digo-lhe. — Por que motivo iria Dreyfus admitir de repente a sua culpa perante um completo desconhecido, precisamente nessa altura e sem ter nada a ganhar depois de três meses a negar tudo?

— Quanto a isso, não tenho como ajudá-lo. — O coronel olha por sobre o ombro, na direção do seu almoço.

— E se tinha acabado de confessar a sua culpa ao capitão Lebrun-Renault, por que razão é que depois gritou repetidas vezes a sua inocência perante uma multidão hostil de dezenas de milhares de pessoas?

O coronel endireita os ombros. — Está a chamar mentiroso a um dos meus oficiais?

— Obrigado, meu coronel. — Guardo o meu bloco de notas.

Quando regresso ao ministério, sigo diretamente para o gabinete de Gonse. Trabalha debruçado sobre uma pilha de processos. Pousa as botas no tampo da secretária e recosta-se na cadeira enquanto ouve o meu relato. No final, diz: — Então, no seu entender, não tem fundamento?

— Estou em crer que não. Não agora que ouvi os pormenores. É bem mais provável que aquele capitão néscio da Guarda Republicana tenha ficado com uma ideia completamente errada. Ou isso ou romanceou a história para parecer importante aos olhos dos seus camaradas. Como é evidente — acrescento —, estou a partir do pressuposto de que Dreyfus não era um agente duplo infiltrado no meio dos alemães.

Gonse solta uma risada e acende mais um cigarro. — Antes fosse verdade!

— O que pretende que eu faça, meu general?

— Não me parece que possa fazer grande coisa.

Hesito. — Só existe uma maneira de obtermos uma resposta conclusiva, claro está.

— E que maneira é essa?

— Podíamos perguntar a Dreyfus.

Gonse abana a cabeça. — Nem pensar. Neste momento está incomunicável. Além disso, será enviado para longe de Paris dentro em breve. — Ergue os pés da secretária e pousa-os no chão. Puxa para si a pilha de processos. Cinza de cigarro cai-lhe na parte da frente da túnica. — Deixe que eu trato do assunto. Explicarei tudo ao chefe do estado-maior e ao ministro. — Abre um dossiê e começa a examiná-lo. Não levanta os olhos dos papéis. — Obrigado, major Picquart. Pode sair.

Nessa tarde, vestido à civil, desloco-me até Versalhes para visitar a minha mãe. O comboio cheio de correntes de ar oscila ao longo dos subúrbios de Paris, numa misteriosa paisagem de neve e postes de iluminação a gás. A viagem demora quase uma hora; tenho a carruagem só para mim. Tento ler um romance, *O Adolescente*, de Dostoiévski, mas de cada vez que mudamos de via as luzes falham e perco o fio da leitura. Sob o brilho azul da luz de emergência, olho através da janela e imagino Dreyfus na prisão de La Santé. Os condenados são transportados de comboio em carruagens destinadas ao transporte de gado. Presumo que ele será enviado para oeste, para um porto atlântico, onde aguardará pela deportação. Com este clima, a viagem será um autêntico inferno. Fecho os olhos e tento dormir.

A minha mãe tem um pequeno apartamento numa rua moderna perto da estação de caminhos de ferro de Versalhes. Com setenta e sete anos e viúva há quase trinta, vive só. Eu e a minha irmã vamos visitá-la alternadamente para passar algum tempo com ela. Anna é mais velha do que eu, e tem filhos, ao contrário de mim: o meu período de serviço termina sempre ao sábado à noite, a única altura em que sei que posso ausentar-me do ministério.

Quando chego já é noite cerrada há um bom pedaço; a temperatura deverá situar-se nos dez graus negativos. Do outro lado da porta trancada, a minha mãe grita: — Quem é?

— É o Georges, *maman*.

— Quem?

— O Georges. O seu filho.

Preciso de algum tempo até persuadi-la a deixar-me entrar. Por vezes confunde-me com o meu irmão mais velho, Paul, que morreu há cinco anos; e por vezes — o que gera um constrangimento ainda maior — toma-me pelo meu pai, que morreu quando eu tinha onze anos. (Uma outra irmã minha morreu antes do meu nascimento, e o mesmo aconteceu a um outro irmão quando eu tinha onze dias de vida; há algo que deve ser dito a favor da senilidade: desde que a minha mãe ficou demente, companhia é coisa que não lhe falta.)

O pão e o leite estão congelados; os canos são depósitos de gelo. Passo a primeira meia hora a acender a lareira, uma e outra vez, na tentativa de descongelar a casa, e a segunda deitado de costas a reparar uma fuga de água. Comemos *boeuf bourguignon*, que a mulher a dias que aqui vem uma vez por dia comprou ao *traiteur* desta zona. A *maman* anima-se; parece inclusive lembrar-se de quem sou. Conto-lhe o que tenho andado a fazer, mas não menciono o nome de Dreyfus nem o episódio da degradação: exigiria dela um enorme esforço de compreensão. Mais tarde, sentamo-nos ao piano, que ocupa a maior parte da minúscula sala de estar, e tocamos um dueto, um rondó de Chopin. A sua execução é irrepreensível; a parte musical do seu cérebro permanece absolutamente intacta; será a última coisa a deteriorar-se. Depois de se recolher para dormir, sento-me no banco e examino as fotografias sobre o piano: o solene retrato de família em Estrasburgo, o jardim da casa em Geudertheim, uma miniatura da minha mãe como estudante de música, um piquenique no bosque em Neudorf — artefactos de um mundo desaparecido, a Atlântida que perdemos na guerra².

Tinha dezasseis anos quando os alemães bombardearam Estrasburgo, pelo que me foi generosamente permitido testemunhar em primeira mão um acontecimento que na École Supérieure de Guerre é por nós ensinado como «o primeiro uso em grande escala

² A guerra de 1870 entre a França e a Alemanha resultou numa derrota esmagadora para o exército francês, que sofreu mais de 140 000 baixas. Segundo os termos do armistício, os territórios orientais da Alsácia e da Lorena passaram a pertencer à Alemanha. (NA)

de artilharia moderna de longo alcance com o propósito específico de reduzir uma população civil». Assisti aos incêndios que consumiram a galeria de arte e a biblioteca da cidade até ruírem, vi bairros destruídos, ajoelhei-me ao lado de amigos moribundos, ajudei a retirar dos escombros corpos de desconhecidos. Nove semanas depois, a guarnição rendeu-se. Deram-nos a escolher entre permanecermos lá e tornarmo-nos alemães ou abrirmos mão de tudo e mudarmo-nos para a França. Chegámos a Paris na miséria e destituídos de quaisquer ilusões acerca da segurança da nossa vida civilizada.

Antes da humilhação de 1870, podia ter-me tornado professor de música ou cirurgião; mas depois desse episódio, qualquer carreira que não a do exército afigurava-se-me frívola. O Ministério da Guerra custeou os meus estudos; o exército passou a ser o meu pai, e nenhum outro filho se esforçou tão arduamente por agradar a um pai exigente. A uma natureza um tanto sonhadora e artística contrapôs a disciplina férrea. Concluídos os estudos numa turma de 304 cadetes da escola militar de Saint-Cyr, destaquei-me como o quinto melhor. Falo alemão, italiano, inglês e espanhol. Combati nas montanhas de Aurès no Norte de África e fui condecorado com a Medalha Colonial no rio Vermelho, na Indochina, para além de ter sido agraciado com a Cruz de Bravura. Sou um cavaleiro da Legião de Honra. E hoje, após vinte e quatro anos de uniforme, fui alvo de louvor tanto do ministro da Guerra como do chefe do estado-maior. Enquanto estou deitado no quarto de hóspedes da casa da minha mãe em Versalhes, e o dia 5 de janeiro de 1895 passa a dia 6, a voz na minha cabeça não é a de Alfred Dreyfus a proclamar a sua inocência, mas a de Auguste Mercier a insinuar a minha promoção: *Fiquei impressionado com a inteligência que demonstrou... Isso não será esquecido...*

Na manhã seguinte, ao som dos sinos, seguro a minha mãe pelo braço frágil e acompanho-a até ao cimo da rua coberta de gelo, onde contornamos a esquina e deparamos com a Catedral de São Luís — um monumento particularmente bombástico para a superstição do Estado, penso sempre; porque é que os alemães não

mandaram *isto* pelos ares? As fiéis são uma congregação monocromática, a preto e branco, freiras e viúvas. À entrada, desenlço o braço do dela. — Encontramo-nos depois da missa.

— Não vais entrar?

— Eu nunca entro, *maman*. Todas as semanas temos esta conversa.

Crava em mim os húmidos olhos cinzentos. A voz treme-lhe. — Mas o que é que eu hei de dizer a Deus?

— Diga-Lhe que estarei no Café du Commerce, ali na praça.

Deixo-a ao cuidado de um jovem padre e dirijo-me para o café. No caminho, paro para comprar dois jornais, *Le Figaro* e *Le Petit Journal*. Sento-me a uma mesa perto da janela, peço um café, acendo um cigarro. Em ambos os jornais, a degradação é notícia de primeira página — aliás, o *Journal* praticamente não aborda mais nenhum assunto. O artigo é ilustrado por uma série de esboços grosseiros: de Dreyfus a ser levado até ao local da parada, do pequeno e roliço oficial com a sua capa a ler em voz alta a sentença, das insígnias a serem arrancadas do uniforme de Dreyfus, e do próprio Dreyfus, de trinta e cinco anos mas com a aparência de um velho de cabelos brancos. A manchete é «A expiação», por baixo da qual se lê: «Exigimos a aplicação da pena capital ao traidor Dreyfus. Continuamos a acreditar que a única punição adequada é a morte...» É como se toda a aversão e toda a recriminação reprimidas desde a derrota de 1870 tivessem encontrado um bode expiatório num único indivíduo.

Sorvo um trago de café e leio na diagonal o relato sensacionalista que o *Journal* faz da cerimónia, até de repente me deter nisto: «Dreyfus voltou-se para a sua escolta e disse: “Se facultei documentos, fi-lo apenas para que em troca me fornecessem outros de maior importância. Dentro de três anos, a verdade virá a público e o próprio ministro procederá à reabertura do meu processo.” Esta meia-confissão é a primeira que o traidor faz desde a sua detenção...»

Sem tirar os olhos do jornal, pouso vagarosamente a chávena e releio a passagem. A seguir, pego no *Le Figaro*. Na primeira página não é feita nenhuma menção a uma confissão, nem meia nem completa: um alívio. Porém, na segunda deparo com uma notícia

de última hora — «Eis o relato de uma testemunha, recebido na última hora...» — e dou por mim a ler uma nova versão da mesma história, com a diferença de que, neste caso, Lebrun-Renault é identificado como a fonte, e desta vez não há como negar que se trata da voz autêntica de Dreyfus. Intuo-lhe o desespero em cada linha, enquanto tenta a todo o custo convencer alguém da sua inocência, inclusive o oficial que o vigia:

Ouçá, meu capitão. Ouçá. Foi descoberta uma carta numa embaixada, guardada num armário; tratava-se de uma nota de acompanhamento que continha informações adicionais relativas a quatro outros documentos. Essa carta foi mostrada a peritos grafológicos. Três disseram que tinha sido eu a redigi-la; dois disseram que não. E foi apenas com base nestas provas que fui condenado! Quando tinha dezoito anos, ingressei na École Polytechnique. Tinha uma brilhante carreira militar à minha frente, uma fortuna de quinhentos mil francos e a perspectiva de um rendimento anual de cinquenta mil por ano. Nunca tentei seduzir donzelas. Nunca, em toda a minha vida, toquei numa única carta de jogo. Portanto, não tinha nenhuma necessidade de dinheiro. Assim sendo, por que razão haveria eu de cometer traição? Por dinheiro? Não. Então por que motivo?

Nenhum destes pormenores deveria ter sido tornado público, e a minha primeira reação é amaldiçoar Lebrun-Renault em surdina, chamando-lhe maldito imbecil. Falar impensadamente diante de jornalistas é, em qualquer circunstância, um ato imperdoável para um oficial — ainda por cima sobre um assunto tão sensível como este? Só podia estar ébrio! Passa-me pela cabeça regressar de imediato a Paris e ir diretamente ao Ministério da Guerra. Mas depois penso na minha mãe, que com toda a certeza ainda estará ajoelhada a rezar pela minha alma imortal, e decido que provavelmente o melhor será não me envolver.

De modo que permito que o dia se desenrole conforme planeado. Recupero a minha mãe das garras de um par de freiras, caminhamos de regresso a casa e, ao meio-dia, o meu primo Edmond Gast envia a sua carruagem para nos levar a almoçar em sua casa, na povoação vizinha de Ville-d'Avray. É uma aprazível e amena reu-

nião de familiares e amigos: o tipo de amigos cuja convivência é suficientemente longa para os sentirmos como parte da família. Edmond, um par de anos mais novo que eu, é já o burgomestre de Ville-d'Avray, um daqueles indivíduos bafejados pela sorte e com um dom natural para a vida. Cultiva a terra, pinta, caça, ganha dinheiro com facilidade, gasta-o bem e ama a mulher — e quem haveria de ficar surpreendido, considerando que Jeanne continua tão bela quanto uma das donzelas pintadas por Renoir? Não invejo homem algum, mas, acaso invejasse, esse homem seria Edmond. Sentado ao lado de Jeanne na sala de jantar está Louis Leblois, que frequentou a escola comigo; a meu lado está a mulher dele, Martha; à minha frente encontra-se Pauline Romazzotti, que, apesar do apelido italiano, cresceu connosco perto de Estrasburgo e é agora casada com um oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Philippe Monnier, um homem oito ou dez anos mais velho do que todos nós. Pauline usa um vestido cinzento e liso, com ornamentos de cor branca, que ela sabe que eu aprecio porque me faz lembrar um que costumava usar quando tinha dezoito anos.

Todos à volta da mesa, à exceção de Monnier, são exilados da Alsácia e ninguém tem um comentário favorável a fazer sobre o nosso concidadão alsaciano, Dreyfus. Nem mesmo Edmond, que é um republicano radical. Todos temos histórias de judeus para contar, especialmente dos naturais de Mulhouse, pois quando chegou a hora do aperto e lhes foi dada a escolher a cidadania após a guerra, acabaram por se mostrar leais aos alemães e não aos franceses.

— Andam ao sabor do vento, mudam em função de quem tem o poder — pronuncia Monnier, agitando o copo para a frente e para trás. — Foi por isso que a raça deles sobreviveu durante dois mil anos. Na verdade, não podemos censurá-los.

Apenas Leblois ousa lançar uma sombra de dúvida. — Mas repara: falando como advogado, sou, por princípio, contra julgamentos secretos, e devo confessar que me interrogo se, acaso a pessoa em questão fosse um oficial cristão, lhe teria seria negado um processo judicial normal. Sobretudo considerando que, de acordo com o *Le Figaro*, as provas usadas para o incriminar parecem muito pouco sólidas.

Digo friamente: — Louis, usando as tuas palavras, foi-lhe «negado um processo judicial normal» porque o caso envolvia assuntos de segurança nacional que, pura e simplesmente, não podiam ser mencionados em pleno tribunal, fosse quem fosse o réu. E havia provas de sobra contra ele. Isso posso afiançar-te com toda a certeza!

Pauline franze-me o sobrolho e apercebo-me de que levantei a voz. Faz-se silêncio. Louis compõe o guardanapo mas não diz mais nada. Não quer estragar a refeição. E Pauline, sempre no seu papel de mulher do diplomata, aproveita a oportunidade para desviar a conversa para um tópico mais ameno.

— Cheguei a contar-vos que eu e o Philippe descobrimos um novo restaurante alsaciano absolutamente maravilhoso na Rue Marbeuf...

São cinco da tarde quando chego a casa. O meu apartamento fica situado no 16.^o *arrondissement*, perto da Place Victor Hugo. O endereço cria a impressão de que sou bastante mais chique do que na realidade sou. Na verdade, o apartamento no quarto piso tem apenas duas pequenas divisórias e, mesmo assim, vejo-me apertado para o pagar com o meu ordenado de major. Não sou um Dreyfus, com um rendimento pessoal dez vezes superior ao meu salário. Mas sempre fez parte do meu temperamento preferir uma quantidade ínfima de excelência a uma abundância de mediocridade; consigo desenrascar-me à justa.

Abro a porta da rua e ainda mal dei dois passos em direção às escadas quando ouço a voz da porteira atrás de mim: — Major Picquart! — Volto-me e deparo com Madame Guerault a agitar um cartão de visita. — Um oficial veio procurá-lo — anuncia, avançando para mim. — Um general!

Pego no cartão: «General Charles-Arthur Gonse, Ministério da Guerra.» No verso do cartão escreveu o seu endereço.

A casa onde o general vive fica perto da Avenue du Bois de Boulogne; posso perfeitamente ir a pé. Passados cinco minutos, estou a tocar-lhe à campainha. A porta é aberta por uma figura bem diferente do sujeito relaxado de quem me despedi na tarde de

sábado. Tem a barba por fazer; os papos sob os olhos estão escuros e inchados por causa da exaustão. Tem a túnica aberta até à cintura, expondo uma camisola interior ligeiramente suja. Segura um copo de conhaque.

— Picquart. Ainda bem que veio.

— As minhas desculpas por não estar de uniforme, meu general.

— Não tem importância. Afinal de contas, hoje é domingo.

Sigo-o ao longo do apartamento sombrio. — A minha mulher foi passar uns dias no campo — explica, olhando-me por sobre o ombro quando entramos naquilo que parece ser o seu gabinete de trabalho. Por cima da janela estão duas espadas em cruz (lembranças do serviço que cumpriu no Norte de África, presumo) e na cornija da lareira encontra-se uma fotografia dele tirada há um quarto de século, nos tempos em que era oficial subalterno do estado-maior no 13.º Corpo do Exército. Torna a encher o copo de uma garrafa de cristal e serve-me também um, após o que se afunda no sofá com um grunhido e acende um cigarro.

— Este maldito caso Dreyfus — diz. — Ainda vai ser a causa da morte de todos nós.

Em resposta, faço um comentário ligeiro: — Deveras? Preferia que a minha fosse ligeiramente mais heroica!

No entanto, Gonse fixa-se em mim com um olhar muito sério.

— Meu caro Picquart, não me parece que esteja a compreender: chegámos a um ponto em que estamos à beira de uma guerra. Estou acordado desde a uma da manhã, tudo por causa daquele maldito imbecil do Lebrun-Renault!

— Meu Deus! — Perplexo, pouso o meu copo de conhaque intacto.

— Eu sei que é difícil acreditar que o mexerico de um idiota pudesse resultar numa catástrofe desta dimensão, mas é essa a verdade.

Conta-me como, uma hora depois da meia-noite, foi acordado por um mensageiro do Ministério da Guerra. Chamado ao Hotel de Brienne, deparou com Mercier em roupão e acompanhado de um secretário particular do Palácio do Eliseu que tinha consigo exemplares das primeiras edições dos jornais de Paris. O secretário particular repetiu depois a Gonse o que acabara de contar a Mer-

cier: que o presidente estava chocado — «Chocado! Escandalizado!» — com o que tinha acabado de ler. Como era possível que um oficial da Guarda Republicana espalhasse tais histórias — em particular, a de que o governo francês havia roubado um documento da Embaixada alemã e que todo o episódio se tratara de uma espécie de cilada contra os alemães por via da espionagem? Estava o ministro da Guerra ciente de que o embaixador alemão se deslocaria ao Palácio do Eliseu naquela mesma tarde para apresentar uma nota de protesto formal emitida por Berlim? De que o imperador alemão ameaçara retirar o seu embaixador de Paris a menos que o governo francês declarasse de uma vez por todas que aceitava como verdadeiras as garantias do governo alemão de que em momento algum tivera qualquer tipo de interação com o capitão Alfred Dreyfus? «Encontrem-no!», ordenara o presidente. «Encontrem esse tal capitão Lebrun-Renault *e calem-lhe o bico!*»

E portanto o general Arthur Gonse, chefe dos serviços secretos militares franceses, deu por si, aos cinquenta e seis anos, na humilhante posição de se meter numa carruagem e andar a bater de porta em porta — no quartel-general do regimento, nos aposentos de Lebrun-Renault, nos lupanares de Pigalle — até finalmente, mesmo antes do romper da aurora, terminar a sua busca no Moulin Rouge, onde o jovem capitão continuava a dissertar sobre o assunto diante de uma plateia de jornalistas e prostitutas!

Nesta altura, vejo-me obrigado a pressionar o dedo indicador contra os lábios para esconder um sorriso, pois o monólogo é pontuado por momentos de comicidade — ainda mais ampliados pelas inflexões roucas e pela indignação na voz de Gonse. Imagino como terá sido para Lebrun-Renault virar-se e ver Gonse a dirigir-se a ele, ou as suas tentativas desesperadas de recuperar a sobriedade antes de explicar os próprios atos, primeiro ao ministro da Guerra e depois — naquilo que terá seguramente sido uma entrevista assaz embaraçosa — ao presidente Casimir-Perier em pessoa.

— Nada disto tem a menor graça, major! — Gonse apercebeu-se da minha expressão. — Não estamos em condições de travar uma guerra com a Alemanha! Se decidirem usar isto como pretexto para nos atacarem, que Deus proteja a França!

— Com certeza, meu general. — Gonse pertence àquela geração de antigos jovens oficiais (onde também se inserem Mercier e Boisdeffre) que ficaram indelevelmente marcados pela esmagadora derrota de 1870 e que desde então passaram a viver sob o espectro da ameaça alemã. «Três para dois» é o seu mantra de pessimismo: há três alemães para cada dois franceses; por cada dois francos que podemos gastar em armamento, os alemães despendem três. Para dizer a verdade, este derrotismo desperta em mim um forte sentimento de desprezo para com os oficiais franceses. — Como reagiu Berlim?

— Estão a decorrer negociações no Ministério dos Negócios Estrangeiros com vista ao consenso de que os alemães são tão responsáveis pelos documentos que lhes foram enviados como nós, franceses, o somos pelos que nos chegaram às mãos.

— Mas que descaramento!

— Na verdade, não é bem assim. Estão apenas a tentar proteger o seu agente. Nós teríamos feito o mesmo. Mas posso dizer-lhe que o processo de negociações está a ser deveras complexo.

Quanto mais penso no assunto, mais incrível se me afigura. — Eles estariam mesmo dispostos a pôr fim às relações diplomáticas e arriscar uma guerra apenas para proteger um espião?

— Com certeza que sim. Sentem-se embaraçados por terem sido apanhados. Para eles, a situação é humilhante. O raio da típica dramatização prussiana...

A mão treme-lhe. Usa a ponta do cigarro para acender outro e deixa cair a beata no invólucro serrado de um volumoso cartucho que faz as vezes de cinzeiro. Retira da língua uns quantos fios de tabaco e a seguir recosta-se no sofá e observa-me através da nuvem de fumo. — Reparei que ainda não tocou na sua bebida.

— Quando o tema de conversa é a guerra, prefiro manter a máxima sobriedade.

— Ah! É precisamente nessas alturas que mais sinto necessidade de beber! — Emborca o que resta no copo e põe-se a brincar com ele. Sorri-me. A julgar pelo modo como olha para a garrafa de cristal, percebo que está desesperado por outra bebida, no entanto não quer que eu fique com a impressão de que é um alcoólico.

Aclara a garganta e diz: — O ministro mostrou-se impressionado consigo, Picquart; com a sua conduta ao longo de todo este caso. E o chefe do estado-maior também. É óbvio que durante os últimos três meses adquiriu uma preciosa experiência dentro do universo dos serviços secretos, pelo que estamos a considerar recomendá-lo para promoção. Estamos a pensar em atribuir-lhe o cargo de chefe da Secção de Estatística.

Faço por esconder a minha consternação. A espionagem é um trabalho sujo. Tudo quanto testemunhei no caso Dreyfus não fez outra coisa senão reforçar essa ideia. Não me alistei no exército para me associar a esse tipo de atividade. — Mas certamente — objeto — que a secção já tem no coronel Sandherr um chefe bastante capaz.

— Ele é capaz. Mas Sandherr é um homem doente e, aqui entre nós, não é provável que venha a recuperar. Ademais, ocupa o cargo há dez anos; precisa de um descanso. Agora desculpar-me-á, Picquart, mas tenho de colocar-lhe esta questão, dada a natureza das informações secretas com que lidaria: não há nada no seu passado ou na sua vida privada que o possa tornar alvo de algum tipo de chantagem, ou há?

Acometido por uma crescente desolação, constato que o meu destino já foi decidido, porventura na tarde anterior, quando Gonse reuniu com Mercier e Boisdeffre. — Não — respondo. — Pelo menos, não que eu saiba.

— Ao que julgo saber, não é casado.

— Não.

— Há alguma razão em especial para isso?

— Gosto da minha própria companhia. E não possuo os recursos necessários para ter uma esposa.

— É tudo?

— É tudo.

— Tem algum tipo de preocupação relacionada com questões de dinheiro?

— Não tenho dinheiro. — Encolho os ombros. — Não tenho preocupações.

— Ótimo. — Gonse parece aliviado. — Então está resolvido.

Mas, ainda assim, faço frente ao meu destino. — Está ciente de que o *staff* atual não vai gostar da chegada de um intruso... Então e o adjunto do coronel Sandherr?

— Vai reformar-se.

— Ou o major Henry?

— Oh, Henry é um bom soldado. Em breve dedicar-se-á com afinco àquele que é o seu dever e fará o que é melhor para o departamento.

— Mas ele não quer ocupar o cargo?

— Quer, sim, mas falta-lhe a instrução e a fineza no trato social que um cargo tão elevado exige. O sogro dele tem uma hospedaria, creio.

— Mas eu não sei nada sobre espionagem...

— Ora, deixe-se disso, meu caro Picquart! — Gonse começa a ficar irritado. — Possui todos os predicados necessários para o cargo. Onde está o problema? É verdade que a unidade não existe oficialmente. Não haverá paradas nem notícias nos jornais. Não poderá comentar com ninguém o que anda a fazer. Mas todos aqueles que são importantes saberão exatamente o que está a fazer. Estará em contacto diário com o ministro. E, como é evidente, será promovido a coronel. — Dirige-me um olhar astuto. — Que idade tem?

— Quarenta.

— Quarenta! Em todo o exército não existe mais ninguém da sua idade com uma patente tão alta. Pense bem: é bem provável que chegue a general bem antes dos cinquenta! E depois disso... Quem sabe, um dia poderá chegar a chefe do estado-maior.

Gonse sabe exatamente como me manipular. Sou uma pessoa com ambição, embora não obcecado por ela, espero: entendo que há mais coisas na vida para além do exército, mas, ainda assim, gostaria de rentabilizar ao máximo os meus talentos. Pondero: alguns anos num cargo que não aprecio e, passado esse período, um futuro estupendo. A minha resistência esmorece. Rendo-me.

— E para quando seria isso?

— Não para já. Dentro de uns meses. E agradecia-lhe que não mencionasse este assunto a ninguém.

Anuo com a cabeça. — Com certeza, farei tudo o que o exército quiser. Estou grato pela confiança depositada em mim. Tentarei fazer-lhe justiça.

— Grande homem! Estou certo que fará. Agora, insisto que pegue nesse copo que continua pousado ao seu lado...

E assim fica resolvido. Fazemos um brinde ao meu futuro. Fazemos um brinde ao exército. E a seguir Gonse acompanha-me à porta. Aí chegados, envolve-me o braço com a mão e aperta-a num gesto paternal. O seu hálito cheira a conhaque e fumo de cigarro. — Sei que, no seu entender, espiar não cabe no ofício de soldado, Georges, mas a verdade é que cabe. Na era moderna, esta é a linha da frente. Todos os dias temos de lutar contra os alemães. Eles são mais fortes do que nós tanto em termos de efetivos como de apetrechos: «três para dois», não se esqueça! Portanto, temos de ser mais inteligentes. — Aperta-me o braço com mais força. — Expor um traidor como Dreyfus é tão vital para a França como ganhar uma batalha no terreno.

No exterior, volta a nevar. Ao longo de toda a Avenue Victor Hugo, milhares e milhares de flocos de neve são apanhados pelos feixes de luz dos postes de iluminação a gás. Um tapete branco estende-se pela rua. É estranho. Estou à beira de me tornar o mais jovem coronel do exército francês mas não sinto o mínimo regozijo.

No meu apartamento, Pauline espera-me. Continua com o mesmo vestido cinzento e liso que usava ao almoço, para que eu tenha o prazer de lho despir. Vira-se para me permitir que o desaperte nas costas, levantando-lhe o cabelo com ambas as mãos de forma a conseguir chegar ao último colchete. Beijo-a na nuca e murmuro-lhe contra a pele: — Quanto tempo temos?

— Uma hora. Ele pensa que estou na igreja. Tens os lábios frios. Aonde foste?

Estou prestes a contar-lhe, mas depois lembro-me da instrução de Gonse. — A lado nenhum — respondo.